

José Chiconi

ADVOCACIA E CONSULTORIA

OFÍCIO DO EXPEDIENTE

nº 68

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
JOÃO DA BOA VISTA, ESTADO DE SÃO PAULO.



CÂMARA MUNICIPAL

Documento recebido em

20/04/2022

Marina

funcionária

*Art. 12. O serviço de busca e de fornecimento de
informação é gratuito. - Lei nº 12.527/2011*

JOSÉ CARLOS CHICONI FUSCO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 399.037, inscrito no CPF/MF sob o nº 423.694.168-66, com escritório profissional situado à Avenida Doutor Durval Nicolau, 718, Sala 02, Jardim Canadá, CEP 13.874-281 na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo, vem, mui respeitosamente a presença de V. Exa., fundamento no artigo 10 c/c com o artigo 32 da Lei 12.527/2011 (lei do acesso à informação), requerer.

Como é de conhecimento público e notório, a página da Câmara Municipal no *facebook* há uma restrição de comentários, tanto como avaliação, quanto nas postagens.

Conforme é possível verificar:



Câmara Municipal de São João da Boa Vista limitou quem pode comentar nessa publicação.

Tal atitude, de bloquear os comentários e avaliações na referida rede social, s.m.j fere diretamente o artigo 5º da Constituição Federal que prevê a liberdade de expressão. Inclusive, esse é o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nesse sentido, por se tratar de uma garantia constitucional, vem por meio deste requerimento **solicitar** que o perfil do requerente seja habilitado para comentar e avaliar as publicações deste Poder Legislativo.

Consigna-se, desde já, que em remota hipótese de indeferimento do presente pedido, as medidas judiciais serão tomadas.



X

José Chiconi

ADVOCACIA E CONSULTORIA

Por fim, é importante frisar o **PRAZO** que a Administração Pública possui para responder requerimento com base na Lei do Acesso à Informação. Nesse sentido, vejamos o dispositivo legal:

“Art. 11. O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

§ 1º Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 (vinte) dias:

I - comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão;


(...)” g.n.

Assim, conforme acima transcrito o texto legal, requer que o presente pedido seja atendido no prazo estabelecido, qual seja, **20 DIAS**, sob as penas da lei.

Termos em que,

Pede Deferimento.

São João da Boa Vista, 20 de Abril de 2022.



JOSÉ CARLOS CHICONI FUSCO

OAB/SP 399.037



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 14192290

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 1º da Lei nº 8.969/94)



ASSINATURA DO TITULAR



OAB

OBSERVAÇÕES

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME
JOSÉ CARLOS CHICONI FUSCO

399037

FILIAÇÃO
FRANCISCO CARLOS FUSCO
SANDRA REGINA CHICONI

NACIONALIDADE
SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP

RG
40.162.207-1 - SSPSP

POSSESSOR DE ORGÃO E TÍTULO
NÃO

DATA DE NASCIMENTO
17/12/1993

CPF
423.694.168-66

VIA
01

EXPIRADO EM
25/07/2017

MARCO DA COSTA
PRESIDENTE